

ANEXO I - OBJETIVOS E DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDUCAÇÃO.

1. OBJETIVO

- 1.1.** Este documento estabelece as diretrizes gerais para a participação dos Entes Demandantes no Chamamento Público realizado pelo Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS), destinado ao credenciamento de iniciativas de Parcerias Público-Privadas (PPPs) na área de Educação (“Chamamento”).
- 1.2.** O credenciamento tem como objetivo apoiar a estruturação e a modelagem de projetos voltados para a construção, reforma, ampliação, manutenção e operação de unidades educacionais, bem como a prestação de serviços de apoio não-pedagógicos, à rede pública de ensino do Ente Demandante, abrangendo a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, conforme o caso.
- 1.3.** O Fundo busca ampliar a oferta de vagas, melhorar a infraestrutura escolar e promover a equidade no acesso à educação de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento social e regional sustentável.
- 1.4.** Para além dos benefícios diretos, o Chamamento também busca impulsionar externalidades positivas, por exemplo, a melhoria na qualidade da educação tende a elevar os índices de desenvolvimento social, produtividade e renda, impulsionando o desenvolvimento econômico local.
- 1.5.** O Chamamento está alinhado às metas do Plano Nacional de Educação (PNE), focando nas principais demandas da sociedade, como:
 - 1.5.1.** Expandir o acesso à Educação Infantil, assegurando a universalização da pré-escola e a ampliação da oferta de creches públicas.
 - 1.5.2.** Promover a melhoria da infraestrutura e do ambiente escolar, garantindo espaços adequados, seguros e inclusivos para o aprendizado.
 - 1.5.3.** Ampliar o acesso e a permanência no Ensino Fundamental e Médio, reduzindo desigualdades regionais e sociais.
 - 1.5.4.** Fomentar o desenvolvimento científico, tecnológico e pedagógico, estimulando a inovação educacional e a adoção de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem.
 - 1.5.5.** Promover ações integradas entre educação, cultura e sustentabilidade, incentivando práticas de cidadania e respeito à diversidade.
 - 1.5.6.** Aprimorar a gestão educacional, valorizando os profissionais da educação,

fortalecendo a formação continuada e incentivando a eficiência e transparência na gestão pública da rede escolar.

- 1.6.** Além disso, o Chamamento alinha-se à Nota informativa nº4/2025 da Casa Civil, Secretaria Especial para o Programa de Parcerias de Investimentos e Secretaria Adjunta de Infraestrutura Social e Urbana atualiza as diretrizes preliminares para estruturação de projetos de concessão para a infraestrutura escolar e serviços não pedagógicos na educação infantil, descritos a seguir:

“Infraestrutura e condições físicas: [...] Padronização dos projetos e sistemas construtivos: assegurar que as tipologias, produzidas no cerne de cada um dos projetos, obedeçam a um certo grau de padronização, utilizando sistemas construtivos adequados e de uso consolidado no setor de construção civil”

“Alimentação escolar: [...] As atividades relativas à elaboração do cardápio escolar, supervisão (do preparo e da distribuição), preparo e distribuição das refeições e a educação alimentar e nutricional são consideradas pedagógicas e não devem ser objeto de concessão, a menos que já sejam realizadas de forma terceirizada pelo ente público.”

“Transporte escolar: [...] O transporte escolar não deve ser inserido no escopo da estruturação dos projetos, devendo permanecer sob responsabilidade exclusiva do ente público.”

“Segurança e vigilância: [...] O fornecimento e a manutenção de equipamentos de segurança e vigilância eletrônica, os serviços de portaria e vigilância física nas áreas externas e nas áreas comuns internas poderão compor o escopo dos projetos.”

“Limpeza e conservação: [...] Os serviços de limpeza e conservação devem ocorrer de forma negociada com a equipe gestora da unidade escolar, respeitando as rotinas da proposta pedagógica e poderão compor o escopo dos projetos, sempre em observância à legislação vigente e às orientações das autoridades sanitárias.”

“Outros serviços: [...] Outros serviços poderão compor o escopo dos projetos, a critério do ente público, tais como: a) Fornecimento de fraldas e itens de higiene; b) Fornecimento de uniformes escolares.”

“Mecanismo de pagamento e garantias: [...] Mecanismo de Pagamento Primário: Orçamento do Ente Público (1ª Camada); Mecanismo de Pagamento Complementar: Transferências Constitucionais, por exemplo: FUNDEB, QSE e FPM (2ª Camada); Garantia: Conta Reserva (3ª Camada).”

“Verificador Independente: [...] O verificador independente é uma entidade imparcial, não vinculada ao poder concedente nem ao parceiro

privado, que atua de forma neutra e com independência técnica, fiscalizando a execução do contrato e aferindo o desempenho da concessionária com base nos indicadores estabelecidos no contrato.”

“Processo participativo e gestão democrática: [...] Recomenda-se que seja garantida e incentivada a participação de profissionais da educação e da comunidade escolar no desenvolvimento dos projetos.”

2. POLÍTICA DE INVESTIMENTO DO FDIRS

2.1. O Estatuto do FDIRS prevê a possibilidade do fundo realizar Chamamentos Públicos, nos termos do art. 29, inciso III, descrito a seguir:

*“Art. 29. No que tange à finalidade prevista no art. 3º, § 1º, I, constituem obrigações da Administradora: [...] III - prospectar, por meio de busca ativa, **de editais de chamamento**, dentre outros, propostas de estruturação de projetos de parcerias público-privadas e concessões”*

2.2. Ademais, está previsto, na Política de Investimento do FDIRS (capítulo “X - PARTICIPAÇÃO DO FDIRS NO CUSTEIO DOS PROJETOS”), que em regra, o Fundo poderá arcar com até 90% (noventa por cento) do custo total envolvido em cada projeto, a partir de prévia análise. Em casos excepcionais, o FDIRS poderá arcar com até 100% (cem por cento) do custo total envolvido no projeto ou em proporção distinta da prevista supra, por decisão fundamentada da Administradora.

2.3. Nos demais casos, ainda que não arque com 100% (cem por cento) do custo total envolvido no projeto, o FDIRS, a critério da Administradora, poderá antecipar total ou parcialmente o percentual do custeio destinado ao Ente Demandante a partir da análise de viabilidade do projeto, hipótese em que tal montante deverá ser ressarcido ao FDIRS, seja pelo Ente Demandante, seja pelo adjudicatário da licitação, atualizado pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) a contar do efetivo desembolso.

2.4. Ressalta-se também o item IV da Política de Investimento, que indica as áreas e setores prioritários para aplicação dos recursos do FDIRS:

“Serão priorizados na análise de alocação de recursos os projetos nos setores prioritários abaixo relacionados:

I. abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;

II. infraestrutura urbana, incluindo mobilidade urbana, habitação, iluminação pública e sistemas de monitoramento de que trata o art. 149-A da Constituição Federal;

III. Transporte;

IV. infraestrutura social, incluindo área de educação e saúde;

V. irrigação; e

VI. parques e florestas.

A preferência será realizada por meio de atribuição de pontuação em dobro aos projetos propostos nas áreas e setores prioritários descritos supra, admitindo-se a acumulação da referida pontuação com a conferida aos projetos situados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, cuja pontuação também será em dobro.”

- 2.5.** Mesmo que o FDIRS tenha como prioritárias as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não há impeditivos na Política que impeçam o fundo de participar em projetos das demais regiões do Brasil, como apresentado no Estatuto do Fundo, no Art.1, Parágrafo 3º:

“Os projetos situados nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste terão preferência no atingimento da finalidade do FDIRS de que trata o caput, sem prejuízo das outras Regiões, observada a Política de Investimento.”

3. ESCOPO DO CREDENCIAMENTO

- 3.1.** A ampliação da cobertura é um pilar fundamental para atingir o acesso universal e equitativo à educação. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, consagra a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família", reafirmando a importância da gestão pública em assegurar um sistema que atenda às necessidades de toda a população. Dentre os instrumentos de delegação de serviços públicos a um Parceiro Privado disponíveis, o que se aplica à proposta deste Credenciamento é a concessão administrativa (Parceria Público-Privada – PPP), também regida pela Lei Federal nº 11.079/2004.
- 3.2.** Nos contratos de concessão administrativa (PPP), a administração pública é considerada a usuária direta ou indireta dos serviços prestados pelo Parceiro Privado, assumindo a responsabilidade de remunerar esses serviços mediante pagamento de contraprestação, permitindo o fornecimento de bens e serviços sem a necessidade de cobrança tarifária.
- 3.3.** Esse modelo permite a implantação dos projetos propostos pelos Entes Demandantes, pois apresenta uma estrutura de remuneração compatível com os preceitos definidos na legislação para a prestação dos serviços educacionais e comporta os serviços e fornecimento de bens necessários à construção, operação e manutenção das unidades educacionais.
- 3.4.** Os projetos apresentados pelos Entes Demandantes, podem contemplar o

seguinte escopo:

3.4.1. Investimentos

3.4.1.1. Construção, reforma, ampliação ou requalificação, de infraestrutura educacional para a oferta de ensino infantil, fundamental e/ou médio, isoladamente ou em conjunto, observadas as hipóteses alternativas de atendimento à escala mínima a seguir:

3.4.1.1.1. Escala mínima para Municípios e Arranjos Regionais:

- i. Projetos que contemplem, no mínimo, 7 (sete) novas unidades educacionais para construção; **ou**
- ii. Projetos que contemplem, no mínimo, 4 (quatro) unidades educacionais para construção e 11 (onze) unidades educacionais para reforma, ampliação ou requalificação; **ou**
- iii. Projetos que contemplem, no mínimo, 24 (vinte e quatro) reformas.

3.4.1.1.2. Escala mínima para Estados:

- i. Projetos que contemplem, no mínimo, 6 (seis) novas unidades educacionais para construção; **ou**
- ii. Projetos que contemplem, no mínimo, 2 (duas) unidades educacionais para construção e 8 (oito) unidades educacionais para reforma, ampliação ou requalificação; **ou**
- iii. Projetos que contemplem, no mínimo, 12 (doze) reformas.

3.4.1.2. Disponibilização de equipamentos educacionais, mobiliário escolar, recursos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) e outros itens necessários à operação das unidades educacionais.

3.4.2. Serviços

3.4.2.1. Serviços de apoio não pedagógicos, voltados à adequada operação das unidades escolares, incluindo (em caráter não exaustivo, a ser definido pelo Ente Demandante):

- Portaria e Vigilância;
- Limpeza, jardinagem e gestão de resíduos;
- Manutenção predial e conservação;
- Gestão de utilidades (água, energia e conectividade);

- Alimentação e merenda escolar (observadas as diretrizes constantes na Nota informativa nº4/2025);
- Tecnologia da Informação.

3.5. Os projetos apresentados pelos Entes Demandantes, **NÃO** podem contemplar atividades diretamente vinculadas aos serviços pedagógicos e de ensino, ficando sob responsabilidade do Ente Demandante, incluindo (em caráter não exaustivo):

- Atividades docentes e pedagógicas, incluindo corpo docente, coordenação e gestão escolar;
- Gestão administrativa e pedagógica da unidade de ensino, como matrícula, currículo, avaliação e controle de frequência;
- Transporte escolar;
- Aquisição de material didático e pedagógico.

3.6. Os serviços e atividades previstos nos itens acima estão indicados de forma genérica, de modo que seu detalhamento, incluindo obrigações específicas, e interface entre Poder Concedente e Concessionária, serão aprofundados quando da estruturação do projeto e discussões junto ao Ente Demandante.

3.7. O escopo de intervenções proposto para este credenciamento abrange a possibilidade de incluir uma diversidade de unidades educacionais, de acordo com as necessidades do Ente Demandante. Essas ações visam atender a educação básica, com foco na melhoria da infraestrutura existente e construção de novas unidades. A lista abaixo apresenta exemplos de unidades que poderão integrar o escopo da contratação, não se limitando a um único tipo de escola ou modalidade de ensino:

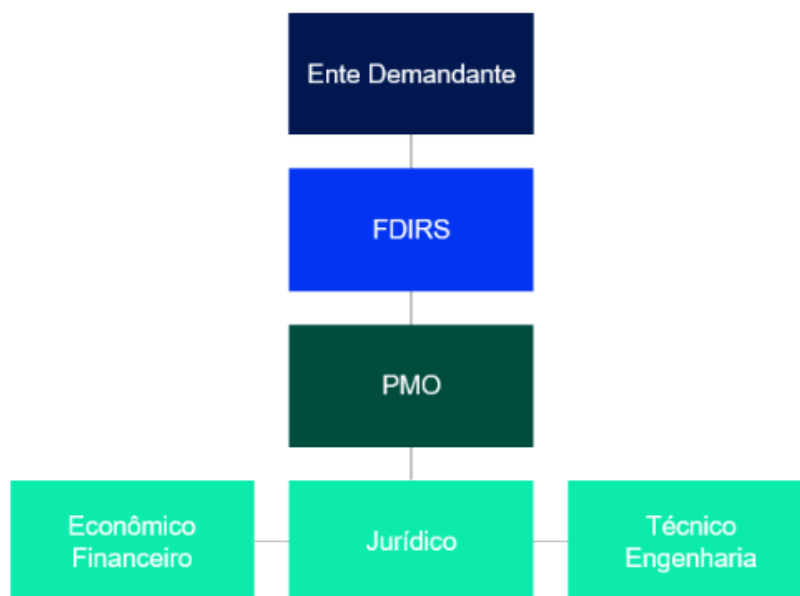
- Unidade Educacional para Educação Infantil;
- Unidade Educacional para Ensino Fundamental;
- Unidade Educacional para Ensino Médio;
- Outras Unidades de Ensino (especificar).

3.8. Considerando a proposta de escopo delimitada neste capítulo, reforça-se que o Parceiro Privado irá realizar a gestão da construção, tecnologia, operação e manutenção da infraestrutura educacional, bem como a prestação dos serviços de apoio sob sua responsabilidade, enquanto o Ente Demandante continuará responsável pela política educacional, gestão

pedagógica e fiscalização do contrato.

4. CICLO DE ESTRUTURAÇÃO PELO FDIRS

- 4.1.** A viabilização da estruturação dos projetos credenciados se dará por meio da prestação de serviços técnicos profissionais especializados atendendo todas as frentes necessárias à viabilização da licitação da PPP.
- 4.2.** A figura abaixo apresenta a governança proposta para execução dos projetos credenciados, em que o FDIRS será responsável pela contratação das instituições que irão desenvolver os estudos do projeto, incluindo atividades de PMO (Gerenciamento de Projeto):



- 4.3.** O fluxo da estruturação leva em consideração as etapas detalhadas no fluxograma a seguir, a partir da submissão de proposta com base nos termos do Edital e Formulário de Credenciamento deste Chamamento.

Fase 1 - Credenciamento e habilitação



Fase 2 – Solicitação de propostas (RFP) consultorias



Fase 3 – Estruturação do projeto



- 4.4.** O FDIRS prestará o apoio necessário para o desenvolvimento das fases até a assinatura do contrato da PPP entre o Ente Demandante e o Parceiro Privado. Após o início da PPP, o Ente Demandante assume a responsabilidade de acompanhar e fiscalizar a execução do projeto.

5. CRITÉRIOS DO CREDENCIAMENTO

- 5.1.** Os projetos apresentados no âmbito deste Chamamento serão submetidos a uma etapa de análise técnica, conforme critérios previamente definidos neste Edital e Anexos, para fins de habilitação e qualificação das propostas, com base na documentação disponibilizada por cada Ente Demandante, incluindo análise quanto ao disposto no item 5 do Edital e os critérios constantes neste Anexo.
- 5.2.** A etapa em questão tem como objetivo assegurar que apenas propostas alinhadas aos parâmetros mínimos exigidos no Credenciamento possam avançar nas fases de negociação e contratação.
- 5.3.** Tais critérios visam avaliar a pré-viabilidade do projeto, a conformidade e a consistência das propostas às Políticas do FDIRS.
- 5.4.** Os projetos submetidos ao Chamamento serão avaliados quanto à completude da documentação. Ressalta-se que, não será adotada uma ordenação classificatória entre os projetos apresentados, uma vez que o foco será exclusivamente a respeito do cumprimento integral das exigências documentais e do escopo de cada projeto credenciado.
- 5.5.** O FDIRS poderá solicitar informações complementares às apresentadas

previamente pelo Ente Demandante via Formulário de Credenciamento ou outro meio, de modo a sanar todas às dúvidas relativas à pré-viabilidade do projeto e a apreciação da Comissão de Seleção de Projetos.

- 5.6.** A Comissão de Seleção de Projetos irá deliberar as propostas apresentadas ao rigor da Política de Seleção de Projetos do FDIRS, e adicionalmente aos critérios detalhados a seguir.

5.7. Limite de despesas com PPP

- 5.7.1.** É requisito que o Ente Demandante possua disponibilidade de Receita Corrente Líquida (RCL) para viabilização da PPP, conforme previsto no art. 28 da Lei nº 11.079.

- 5.7.2.** De acordo com esse dispositivo legal, a União não poderá conceder garantia ou realizar transferência voluntária a Estados, Distrito Federal ou Municípios caso o total de despesas continuadas derivadas das parcerias já contratadas tenha excedido, no exercício anterior, 5% da RCL, ou se as despesas anuais projetadas para os dez anos subsequentes ultrapassarem esse mesmo percentual de RCL estimada para os respectivos exercícios.

- 5.7.3.** Conforme Portaria STN/ MF nº 138/2023, a soma das despesas de caráter continuado não incluirá as despesas já realizadas de maneira recorrente nos serviços e bens concedidos que serão objeto de PPP, reduzindo, assim, parte do valor da contraprestação que impacta no limite da RCL para PPPs.

5.8. Participantes

- 5.8.1.** O FDIRS poderá ser contratado diretamente, mediante dispensa de licitação, de acordo com a Lei 12.712/ 2012, artigo 33-B, conforme trecho citado a seguir.

“Art. 33-B. A instituição financeira administradora poderá ser contratada diretamente, mediante dispensa de licitação, por entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, direta e indireta, para desenvolver, com recursos do fundo de que trata o art. 32 desta Lei, as atividades e os serviços técnicos necessários para viabilizar a licitação de projetos de concessão e de parceria público-privada, hipótese em que poderão ser incluídos a revisão, o aperfeiçoamento ou a complementação de trabalhos anteriormente realizados.”.

- 5.8.2.** Portanto, o credenciamento será aberto para a participação de todos os Entes Subnacionais brasileiros.

- 5.8.3.** As contratações serão firmadas entre o FDIRS e o:

5.8.3.1. Estado;

5.8.3.2. Distrito Federal;

5.8.3.3. Município individual; ou

5.8.3.4. Arranjo regional (Consórcio), constituído de 2 ou mais municípios, sendo o consórcio já constituído para essa finalidade, previamente.

6. CRITÉRIOS DE PRIORIZAÇÃO

6.1. Os projetos credenciados poderão ser priorizados, não se limitando, mas com base nos critérios abaixo destacados.

6.1.1. Região: são prioritárias para o FDIRS, de acordo com o Estatuto do Fundo (Art.1 parágrafo 3º), as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

6.1.2. Alunos impactados: será levado em conta o número de alunos impactados diretamente pelas iniciativas propostas, buscando maximizar os benefícios sociais e a efetividade das ações;

6.1.3. Novas unidades frente à reforma: prioridade aos projetos que envolvam a implantação de novas unidades educacionais, com o objetivo de ampliar a rede pública de ensino e a oferta de vagas à população